



Comissões iniciam o semestre com desafios na pauta

Projetos alteram legislação eleitoral, dão garantias a produtores familiares que sofrerem perdas e proíbem contingenciamento de verbas para fundo nacional de educação, entre outros temas

As comissões do Senado voltam hoje a se reunir depois do recesso parlamentar. Algumas delas têm pautas cheias, com 500 e até mais de 2 mil textos. Entre eles, projetos que alteram a economia, a segurança pública e o desenvolvimento regional. Os trabalhadores, por exemplo, podem ser beneficiados por propostas que mudam a correção monetária do FGTS. Os consumidores também ganham mais proteção com proposições

em análise. Uma delas obriga que empresas de telefonia apresentem de forma mais clara informações de preço e serviço. A área social ganha destaque, com, por exemplo, texto que garante aos transexuais o direito de trocar de nome e sexo nos documentos de identidade. E a descriminalização da maconha para uso medicinal continua na pauta e deve ser um dos itens mais polêmicos. O relatório deve ser entregue logo, o que permite a votação. **6 e 7**

Colegiado discute crise no fundo Postalis 2

Lei prevê condições para quartos de empregados 3

Conselho avalia textos sobre rádios comunitárias 2

ARQUIVO **S**



Fundação Casa Rui Barbosa

Ruy Barbosa (de chapéu claro) participa de passeata em Ouro Preto

Em 1909, Ruy Barbosa fez 1ª campanha eleitoral do país

O senador Ruy Barbosa desafiou as oligarquias da Primeira República e se lançou como candidato de oposição na eleição presidencial de 1910. Pela primeira vez um presidencial fez comícios, viagens e corpo a corpo com eleitores. Até então, os candidatos não faziam campanha, pois

a vitória já era certa.

Documentos históricos do Arquivo do Senado mostram que houve senadores que se engajaram na Campanha Civilista, o nome dado ao esforço eleitoral de Ruy. As fraudes falaram mais alto, e ele acabou derrotado por Hermes da Fonseca. **4 e 5**

Pedro França/Agência Senado — 10/07/2018



A Comissão de Assuntos Econômicos rejeitou projeto da Câmara sobre distrato

Senadores analisam regras para desistência na compra de imóvel

Projetos que regulamentam o distrato imobiliário (a desistência da compra de imóveis na planta) estão na pauta do Senado. Dois projetos definem as regras para que o comprador possa reaver parte do dinheiro pago à construtora.

A questão é polêmica. Uma das propostas, já aprovada na Câmara, foi rejeitada na

Comissão de Assuntos Econômicos e será votada no Plenário do Senado. Senadores contrários argumentam que o texto prejudica o consumidor.

Outro projeto está na Comissão de Constituição e Justiça. O autor, Dalírio Beber, garante que a proposta busca equilíbrio entre interesses do consumidor e da empresa. **3**

Senado, Supremo e cidadãos debatem legalização do aborto

A interrupção voluntária da gravidez, um dos temas mais polêmicos em debate no Congresso, foi discutida na sexta-feira pelo Supremo Tribunal Federal. No Senado, a consulta pública sobre a sugestão popular que legaliza o aborto voluntário nas 12 primeiras semanas de gestação e prevê a realização do

procedimento pelo SUS gerou uma disputa acirrada entre quase 682 mil internautas.

No STF, o debate foi sobre uma ação do Psol pedindo a inconstitucionalidade dos artigos do Código Penal que criminalizam o aborto provocado ou autorizado pela gestante. O assunto será tema de audiência no Congresso. **8**



Manifestantes acompanham audiência na Comissão de Direitos Humanos

Genildo Miguel/Agência Senado — 17/12/2014

Credenciamento de pós-graduação do ILB é renovado

O Ministério da Educação renovou o credenciamento do Instituto Legislativo Brasileiro para realizar cursos de pós-graduação lato sensu.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comemorou a decisão. **2**

Lei abre crédito para intervenção federal no Rio

Foi publicada na sexta-feira a lei que abre crédito extraordinário no Orçamento de R\$ 1,2 bilhão para a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. A medida provisória que deu origem à lei foi aprovada pelo Senado em julho. **3**

JOVEM SENADOR 2018
A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ
30 anos depois

Estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais ou do DF podem participar do concurso de redação do Senado Federal.

www.senado.leg.br/jovemensenador

(61) 99187-2248



/senadofederal



0800 612211

Parceria:



Realização:



MEC renova credenciamento de pós-graduação do ILB

Instituto Legislativo Brasileiro fica autorizado a ministrar cursos lato sensu por mais cinco anos. Presidente do Senado comemorou a medida, que favorece a eficiência dos servidores da Casa

O MINISTRO DA Educação, Rossieli Soares da Silva, assinou portaria renovando o credenciamento do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) — concedido em 2013 — para realizar cursos de pós-graduação lato sensu, presenciais e a distância, por um período de cinco anos. A portaria foi publicada no *Diário Oficial da União* no dia 30, e o presidente do Senado, Eunício Oliveira, comentou a decisão.

— Fico muito satisfeito em ver que, na nossa gestão à frente da Presidência do Senado, o ILB conquistou a melhor avaliação do MEC para continuar ministrando cursos de qualidade em nível de pós-graduação. É justamente esse ensino de qualidade do ILB que favorece a maior eficiência dos servidores da Casa, fortalecendo o exercício



Sede do Instituto Legislativo Brasileiro, que teve credenciamento renovado

do mandato dos senadores e dando as respostas que a cidadania brasileira espera do Senado Federal.

Também o diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças, ressaltou a importância do resultado alcançado.

— Com esse selo de qua-

lidade do credenciamento do MEC, o instituto se fortalece, cada vez mais, como verdadeira instituição de ensino e pesquisa, com foco na qualidade dos trabalhos legislativos e na eficiência da gestão administrativa do Senado Federal.

Página do Senado na internet completa 23 anos

Em 1995, há 23 anos, o Senado publicava oficialmente a primeira página de internet do Legislativo brasileiro. O site "senado.gov.br" (hoje "leg.br") foi ao ar quatro meses antes da página do Senado dos Estados Unidos, lançada em 20 de outubro daquele ano, e quase seis meses antes da primeira publicação do Senado francês na rede, em 6 de dezembro.

No dia 5 de junho daquele ano, o Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) havia conseguido mobilizar o então presidente da Casa, José Sarney, para conhecer a proposta da página da Casa na internet. Alguns dias depois, a pedido de Sarney, foi realizada uma apresentação aberta a todos os senadores.

Fazia pouco tempo que a internet havia sido lançada no Brasil, em dezembro de 1994, quando a Embratel inaugurou o serviço comercial. A expansão da rede viria com a entrada em operação dos

provedores privados, lembra o diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), Demi Getschko, pioneiro da internet no Brasil. O núcleo é a entidade civil responsável pelo domínio ".br".

Surpresa

Quando Armando Nascimento, que integrava o grupo responsável pela implantação da internet no Senado, chegou à sala de comissões reservadas para fazer a apresentação solicitada por Sarney, a primeira surpresa: um grupo expressivo de 22 senadores aguardava. Por precaução, foi combinado que um dos outros integrantes, João Holanda, ficaria no Prodasen para qualquer emergência. Antônio Carlos Ferreira da Silva, que também havia desenvolvido a página, daria apoio e Nascimento faria a apresentação.

— Fizemos a demonstração e estava tudo bem. Aí o senador

Sarney pediu que fosse acessado o site da Capela Sistina. E o senador Romeu Tuma solicitou um acesso ao FBI [polícia federal norte-americana] — conta Nascimento.

Naquele tempo o Senado tinha uma linha da Telebrasil com velocidade de 2 megabites por segundo. Hoje, a banda de internet da Casa é mil vezes superior, com 2 gigabites por segundo. Os computadores eram modernos para a época. — O Prodasen era cliente da Microsoft e tinha acesso às versões beta-teste de seus produtos. Para o lançamento da internet, acho que já estávamos usando o novíssimo Windows 95" — afirma.

A demonstração para os senadores foi um sucesso e, a partir dali, o grupo foi trabalhar para colocar a página no ar. Alguns dias depois, em 20 de junho, a página do Senado foi publicada antes dos websites de seus correspondentes em todo o mundo.

Comissão debate crise do fundo dos funcionários dos Correios

A situação do fundo de pensão dos funcionários dos Correios, o Postalís, vai ser debatida hoje em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH), a partir das 9h30. A audiência foi solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Nos últimos anos, os ges-

tores do Postalís têm sido alvo de denúncias e os participantes do fundo foram obrigados a arcar com os prejuízos. O rombo, que chega a R\$ 7 bilhões, resultou na cobrança de contribuições extras dos aposentados, que somam mais de um quarto do benefício.

Conselho analisa propostas ligadas a rádios comunitárias

O Conselho de Comunicação Social (CCS) se reúne hoje para emitir parecer sobre três projetos ligados a rádios comunitárias.

Um deles é o PLS 513/2017,

de Hélio José (Pros-DF), que aumenta o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais de radiodifusão comunitária. A proposta está em análise na Câmara.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
CDH Fundo de pensão dos Correios 9h30 Audiência sobre o Postalís.	CMMC Acordo de Paris 14h30 Audiência pública.	MP 830/2018 Fim do Fundo Soberano 15h30 Análise do relatório da comissão mista.	CAS Primeiros socorros 9h Entre 16 itens, o PLC 17/2018, sobre capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários em escolas e creches.
CCS Rádios comunitárias 10h Relatório sobre rádios comunitárias.	CI Ferrovia de Integração Centro-Oeste 9h Debate sobre investimentos da Vale.	CAE Recuperação judicial 10h Entre 13 itens, o PLS 219/2009, sobre plano especial de recuperação judicial para associações e fundações.	CCT Carteira de identidade 9h Na pauta, o PLS 225/2015, que trata da utilização de meios eletrônicos para concentração de informações dos indivíduos na carteira de identidade, e mais 24 itens.
CRE Leitura de indicações 10h Leitura de acordo internacional e de indicações de embaixadores para o Panamá, o Vietnã e a Sérvia.	CDH Crianças com deficiência 11h30 O PLS 382/2011, sobre brinquedos adaptados para crianças com deficiência em shoppings, é um dos 23 itens.	CE Educação básica 11h30 O PLS 194/2016, que obriga escolas a exibir o Ideb, é um dos 16 itens.	CCJ Vistoria em brinquedos 10h Na pauta de 27 itens, o PLC 159/2015, que torna obrigatória vistoria anual em brinquedos de parquinhos infantis instalados em espaços públicos ou privados.
CMA Lixo em local público 11h30 Integram a pauta o PLC 169/2017, que proíbe o descarte de lixo em lugares públicos, e mais 9 itens.	MP 838/2018 Subsídio ao óleo diesel 14h Audiência pública.	CMMC COP-25 no Brasil 14h30 Audiência para discutir a candidatura do Brasil para sediar a Conferência das Partes em 2019 (COP-25).	CSE TVs comunitárias 16h Audiência para discutir fontes de financiamento para TVs comunitárias.
CDH Cortes orçamentários 14h30 Audiência pública.			

Previsão atualizada às 18h30 de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado retoma análise de projetos sobre distrato

Propostas regulamentam a desistência da compra de imóveis na planta, definindo regras para que o comprador desistente possa reaver parte do valor pago à construtora. Tema divide os senadores

A REGULAMENTAÇÃO DO chamado distrato imobiliário — a desistência da compra de imóveis na planta — é tema de projetos que os senadores deverão analisar neste semestre. As propostas (PLC 68/2018 e PLS 288/2017) definem as regras para que o comprador possa reaver parte do dinheiro já pago pelo empreendimento, o que costuma gerar disputa na Justiça entre o consumidor e a construtora.

O tema é polêmico. Aprovado na Câmara em 6 de junho, o PLC 68/2018 será analisado pelo Plenário do Senado, que poderá aprová-lo ou rejeitá-lo definitivamente. O texto encaminhado ao Senado, na forma de substitutivo do relator, deputado José Stédile (PSB-RS), foi rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em julho.

Críticas

Os senadores contrários ao projeto argumentam que a redação, da forma como saiu da Câmara, prejudica o consumidor que ficar desempregado e não tiver condições de continuar a pagar as prestações do imóvel. Os favoráveis à proposta alegam que as regras atuais geram insegurança jurídica e abrem espaço para especuladores obterem ganhos financeiros, prejudicando construtoras e o setor da construção civil.

A senadora Simone Tebet

(MDB-MS), relatora do parecer pela rejeição do PLC 68/2018, chegou a apresentar 10 emendas para tentar equilibrar as relações entre construtoras e mutuários. O relator inicial da proposta, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), acatou algumas delas, mas a maioria dos senadores entendeu que as alterações não seriam suficientes para proteger os consumidores.

— Teremos na CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] um projeto mais completo e mais justo, que equaliza direitos de compradores e vendedores — disse Simone, ao comentar a rejeição da proposta encaminhada pela Câmara.

Do deputado Celso Ruscimanno (PRB-SP), o texto altera as Leis 4.591, de 1964, e 6.766, de 1979, para disciplinar a resolução de contrato de aquisição de unidade ou de lote urbano.

De acordo com o projeto, quando o empreendimento tiver seu patrimônio separado da construtora (o chamado patrimônio de afetação), o comprador que desistir do imóvel terá direito a receber 50% dos valores pagos, após dedução da corretagem.

Se o empreendimento não tiver patrimônio assegurado dessa forma, a multa que ficará com a incorporadora será de 25%. O projeto original fixava 10% de desconto na



Otto Alencar, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves e José Agripino em reunião da CAE, que rejeitou projeto da Câmara

restituição das parcelas pagas para qualquer caso. Durante a votação na Câmara, um destaque apresentado pelo PT tentou recolocar esse índice menor, mas foi rejeitado pelo Plenário.

Equilíbrio

A rejeição ao PLC 68/2018 abriu espaço para votação do PLS 288/2017, do senador Dalírio Beber (PSDB-SC). Relatado por Armando Monteiro (PTB-PE), o texto está na CCJ e foi apontado por vários senadores como mais equilibrado. O projeto assegura ao comprador o direito de rescisão (dissolução do contrato) unilateral perante a incorporadora, fixando valor máximo de multa.

Dalírio observa que a proposição inova ao buscar um equilíbrio, pois dá à incorporadora prazos mais dilatados

para a devolução das quantias pagas pelo comprador. Também reduz o valor que deve ser recebido pelo comprador nos casos de rescisão imotivada e impõe sanções mais pesadas caso a incorporadora descumpra os prazos de entrega.

Sobre o montante que pode ser retido pela incorporadora a título de indenização, Dalírio explica que prevalece na jurisprudência a tese de que o percentual a ser retido seria de apenas 10% do valor efetivamente pago pelo comprador.

De acordo com o projeto, em casos como desemprego ou doença incapacitante do comprador, a indenização será de 13% do valor pago. A regra leva em conta o menor percentual pago a corretores de imóveis (3%) com o menor percentual acolhido pela jurisprudência para o direito de arrendimento (10%).

Na ausência de motivo justo para a rescisão do contrato, a indenização devida à incorporadora deve ser fixada em patamares superiores, que seria o somatório do percentual maior que pode ter sido pago pela incorporadora a título de corretagem (6%) com o maior percentual usualmente concedido pela jurisprudência para o direito de arrendimento (30%), o que totaliza 36% dos valores pagos pelo comprador.

— Acho que o projeto que nós apresentamos é muito mais contemplativo do que esse que veio da Câmara. Com certeza, esse da Câmara, se aprovado, terá de sofrer, num futuro muito próximo, algumas alterações, para se esclarecer definitivamente essa possibilidade de distrato no setor imobiliário — disse Dalírio na reunião da CAE que rejeitou o PLC 68/2018.

Publicada lei que destina R\$ 1,2 bilhão à intervenção no Rio

Foi publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União* a lei que abre crédito extraordinário no Orçamento da União de R\$ 1,2 bilhão para a intervenção federal na área de segurança pública do Rio de Janeiro.

A Lei 13.700 tem origem na Medida Provisória 825/2018, aprovada no Senado no dia 11 de julho.

Os recursos vão para a Presidência da República custear as atividades do Gabinete de Intervenção Federal.

A dotação orçamentária foi criticada por alguns dos senadores em Plenário.

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que, desde o início da intervenção, em fevereiro, o estado do Rio registrou aumento de tiroteios e homicídios. Para o senador, o recrudescimento da “política de confronto” contra o tráfico de drogas agrava a violência.

— É uma desmoralização. É uma intervenção que não foi levada a sério, não existe concretamente. Isso mostra

que foi uma ação midiática — criticou.

Omar Aziz (PSD-AM) afirmou que investir esforços e recursos na repressão urbana é uma estratégia equivocada. Para ele, o governo federal presta pouca atenção à proteção das fronteiras, por onde as drogas entram no país. Ele citou com especial preocupação a fronteira com a Bolívia, no Mato Grosso do Sul, e a tríplice fronteira com o Peru e a Colômbia, no Amazonas.

— Não dá para fazer nenhum tipo de política saneadora açodada, sem planejamento. Serão bilhões jogados fora, porque não temos uma política efetiva de prevenção da entrada de drogas — disse.

O crédito aberto foi da modalidade extraordinário, que é utilizado para o atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis, como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Diferentemente do crédito suplementar, nesse caso não é necessária a comprovação de disponibilidade de recursos. Mesmo assim, para compensar os novos gastos, o governo já sinalizou na nova lei o cancelamento de R\$ 200 milhões em despesas, originalmente destinadas à Câmara.

Dependência de empregado deverá cumprir requisitos

Os quartos de empregados domésticos terão que atender condições mínimas de acessibilidade, utilização e conforto, e cumprir uma série de requisitos de construção. É o que determina a Lei 13.699/2018, publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

A nova lei tem origem em projeto do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), aprovado no Senado em 2016 e votado sem modificações na Câmara dos Deputados em julho.

O texto (PLS 212/2008) acrescenta artigo ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001) obrigando que dependências internas de edificações urbanas, inclusive as destinadas a moradia e serviço de trabalhadores domésticos, cumpram “condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto”, além de atender requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais utilizados.



Os recursos serão usados para custear atividades do Gabinete de Intervenção Federal no Rio

Ruy Barbosa desafiou elite e fez 1ª campanha eleitoral moderna

Senador fez história em 1909 e 1910, quando disputou Catete e percorreu 50 cidades pedindo votos aos eleitores. Até então, oligarquias escolhiam candidato presidencial único, que vencia nas urnas sem nem sair de casa

Ricardo Westin

É NA SEMANA que vem que os candidatos à sucessão do presidente Michel Temer, na eleição de outubro, começam a viajar pelo Brasil pedindo votos. Não era assim nos primórdios da República. Dos quatro primeiros presidentes eleitos pelo voto popular, nenhum se deu ao trabalho de fazer campanha.

Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e Affonso Penna não precisaram se esforçar porque seus nomes haviam sido escolhidos previamente pela classe política, num conchavo de bastidores. Foram candidatos únicos e suas vitórias nas urnas, mais do que previsíveis.

A situação só mudaria no 20º aniversário da República. Na virada de 1909 para 1910, o Brasil assistiu à primeira corrida presidencial moderna, com um candidato desafiando o presidencialismo oficial e se mexendo para conquistar os votantes.

Quem chacoalhou o país foi o advogado e senador Ruy Barbosa (BA). Tentando derrotar o marechal Hermes da Fonseca na disputa pelo Palácio do Catete, Ruy fez corpo a corpo com eleitores, participou de passeatas, distribuiu broches com sua foto, discursou em *meetings* (como se chamavam os comícios), proferiu ataques contra o adversário.

Papéis históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, contêm muitos dos discursos feitos tanto pelo senador candidato quanto por seus aliados e oponentes.

Da tribuna do Palácio Conde dos Arcos, a primeira sede do Senado, no Rio, Ruy resumiu:

— É a primeira vez que, de fato, em uma eleição presidencial há a contenda, e o escrutínio assume a forma precisa de um pleito.

Na pioneira excursão eleitoral do Brasil, o candidato passou

por 50 cidades em três meses. Em janeiro de 1910, ele visitou Salvador, sua terra natal. No palco de um teatro, lamentou que a viagem do Rio à capital baiana tivesse sido feita em navio para logo em seguida dizer que, sendo eleito, construiria uma linha de trens entre as duas cidades.

Cartas marcadas

Diante da multidão no teatro, Ruy continuou com as promessas garantindo que jamais interviria nos tribunais, decretaria estado de sítio ou manipularia o resultado de qualquer eleição.

— Os exemplos indicados sobram para vos definir o espírito de moralidade, legalidade e justiça que, com o auxílio de Deus, caracterizaria a minha administração — assegurou.

De acordo com os jornais, a plateia sotero-politana reagiu com “estrepitosos aplausos e bravos”, as “senhoras dos camarotes” acenaram com lenços e o palco foi “juncado de flores”.

Engrenagem que moveu quase toda a Primeira República (1889-1930) foi a Política dos Governadores. Por meio dela, a escolha do presidente cabia às elites dos estados mais poderosos — São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O candidato oficial entrava sozinho no páreo. Pedir voto era perda de tempo, já que o referendo das urnas viria de qualquer jeito.

O presidente eleito, em retribuição, jamais se intrometia nas brigas políticas locais, permitindo que os governadores e seus aliados reinassem tranquilamente e se perpetuassem no poder.

Em 1909, contudo, as oligarquias estaduais se estranharam, e a Política dos Governadores sofreu um abalo. Minas Gerais e Rio Grande do Sul escolheram para presidente o ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca. São Paulo recusou-se a encampar a candidatura.



O presidencial Ruy Barbosa (de terno claro) participa de passeata na cidade mineira de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete)

Os caciques paulistas temiam que Hermes, por ser do Exército e não fazer parte do esquema de moralidade, legalidade e justiça que, com o auxílio de Deus, caracterizaria a minha administração — assegurou.

Hermes era sobrinho do marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil.

Medo de ditadura

Os paulistas, então, bateram à porta do respeitado Ruy Barbosa, que topou o desafio de encargar o candidato dos mineiros e dos gaúchos na eleição de março de 1910. Ruy, contudo, não estava comprometido com a Política dos Governadores. Foi por convicção que entrou na briga.

Candidato por uma surpresa do destino, tenho a consciência de estar desempenhando uma obrigação política — afirmou, no Senado. — Me considero volvido aos primeiros anos do regime [republicano], quando nos batíamos pela sua condição mais essencial e vínhamos aqui e fora desta Casa defender as suas liberdades mais elementares.

O candidato se referia às brutalidades cometidas por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, os marechais que inauguraram a República e quase a transformaram

numa ditadura. Para ele, a missão dos militares estava muito clara na Constituição: proteger as leis e a pátria, nada mais. Chegando um fardado ao poder, acreditava, seria impossível deter-lhe o ímpeto autoritário.

— As nações, senhores, não armam os seus Exércitos para serem escravizadas por eles. As nações não fazem os seus marechais para que eles venham a ser na paz os caudilhos de facções ambiciosas — argumentou.

Na visão dele, o presidente da República tinha que ser civil. Foi em oposição ao militarismo de Hermes que batizou sua candidatura de Campanha Civilista.

Os dois lados se enfrentaram na tribuna do Senado em diversas ocasiões. O senador Alfredo Ellis (SP) criticou o marechal:

— Prefiro e preferirei sempre um candidato civil. Os militares são uma classe nobre, não se contesta, mas não têm a educação necessária nem o preparo para a administração de uma grande nação como o Brasil.

Em resposta, o senador Antônio Azeredo (MT) lembrou que foi numa convenção realizada justamente no Senado, meses antes, que deputados e senadores, orientados pelos governadores, escolheram o candidato do *establishment*:

prefeitos, juizes e bispos.

Ruy tratava de desconstruir a imagem de Hermes. Num dos *meetings*, chamou-o de bronco:

— O meu competidor tem sido até agora homem exclusivamente de sua classe, militar dado só e só aos mistérios da sua profissão. Ninguém sabia que tivesse ideias políticas. Ou, não as tendo revelado nunca, ninguém podia saber quais fossem.

De volta ao Rio após a turnê paulista, o deslocamento do candidato entre a Estação Central do Brasil, no centro, e seu palacete, em Botafogo, acabou se transformando numa festiva carreta. Por três horas, o candidato acenou de dentro da carruagem para as pessoas que pararam nas ruas da capital do país para gritar “viva” ao senador baiano e “morra” ao marechal.

O militar, por sua vez, teve grande apoio da imprensa, que pegou pesado nas caricaturas de Ruy, retratando-o como um aristocrata incapaz de falar a língua do povo e alheio aos reais problemas do país.

— Ele foi criticado por simplesmente fazer campanha. Para os conservadores, era um ato de demagogia e uma vergonha que um político se jogasse nos braços do povo, da “patuleia”, para pedir votos — afirma o cientista político Christian Lynch, da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A dedicação de Ruy à sua Campanha Civilista se torna uma proeza ainda maior quando se leva em conta que, àquela altura, ele tinha 60 anos de idade — um ancião para os padrões do início do século passado.

O historiador Antônio Barbosa, professor da Universidade de Brasília (UnB) e



Adversário de Hermes da Fonseca, Ruy discursando num teatro em Belo Horizonte

— Dentro desta Casa, os que aqui estavam e proclamaram a candidatura Hermes não viram um militar fardado. Candidatura militar seria se ela tivesse vindo dos quartéis. E quem poderá negar o prestígio e o republicanismo do marechal?

Candidato bronco

Em trem, Ruy Barbosa viajou do Rio a São Paulo em dezembro de 1909 e do Rio a Belo Horizonte em fevereiro de 1910, parando em todas as estações pelo caminho. Tanto nas cidades paulistas quanto nas mineiras, foi recebido com banda de música, fogos de artifício e salvas de tiros, ovacionado por multidões e cumprimentado por

Em charge, Ruy Barbosa se veste de homem do povo para conseguir votos: “a quanto chega a ambição!”, critica revista *O Malho*



consultor legislativo aposentado do Senado, diz:

— O país começava a se urbanizar, e a classe média que surgia nas cidades foi bastante receptiva ao discurso civilista. Os comícios de Ruy empolgavam. Quem via de fora, sem conhecer as engrenagens da Primeira República, achava que ele tinha tudo para vencer.

Apesar de todo o esforço, Ruy foi derrotado. Oficialmente, ele obteve 223 mil votos. Foi um número expressivo, porém insuficiente diante dos 404 mil votos do marechal.

Governo violento

A derrota já era esperada, uma vez que o senador só contava com o apoio de São Paulo e da Bahia. Hermes, por sua vez, era sustentado por todos os demais governadores, que, para garantir-lhe a vitória, abusaram das fraudes nas urnas e da repressão policial ao civilismo. Fiel ao estilo da Primeira República, o marechal nem fez campanha.

— Bem poucas ilusões desde o começo podíamos nutrir — disse Ruy, no Senado, após a derrota. — Apesar de tal ser o destino imediato da nossa causa, não a podemos desamparar. Quando praticamos uma ação boa, não sabemos se é para hoje. O caso é que os seus frutos podem ser tardios, mas são certos. Uns plantam a semente da couve para o prato do carvalho para o abrigo ao futuro. Aqueles cavam para si mesmos. Estes lavram para o seu país, para a felicidade dos seus descendentes, para o benefício do gênero humano.

Tal e qual Ruy profetizara, Hermes foi um presidente violento. Seu governo foi marcado por um implacável estado de sítio, pela execução dos rebeldes da Revolta da Chibata e pela intervenção federal em diversos estados, com a destituição de governadores e o bombardeio de Salvador.

Em 1973, o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveria uma crônica lembrando que, menino, acompanhou de longe a quixotesca campanha de Ruy:

“Na derrota, ele cresceu ainda mais. De 1910 a 1914, o Brasil teve dois presidentes: um de fato e outro de consciência, entre seus livros e papéis da Rua São Clemente [onde Ruy vivia], e daí para a tribuna do Senado ou perante o Supremo Tribunal Federal, postulando, verberando, exigindo o cumprimento da lei. Esta a imagem de Ruy guardada por uma criança mineira. Surgirá outra assim, adaptada às condições do nosso tempo?”

“Vitória de Hermes foi uma mentira colossal”

Ruy Barbosa não aceitou a derrota para Hermes da Fonseca. Semanas após a votação de março de 1910, ele subiu à tribuna do Senado para denunciar que a eleição, de norte a sul do país, fora descaradamente trapaceada em benefício do candidato oficial.

— Se nos achássemos nos Estados Unidos e tivéssemos a honra de ser vencidos como Bryan por Taft [presidente americano na época], não vacilaríamos em nos acercar do nosso antagonista e lhe apertar a mão. A luta, ali, se trava em urnas livres, entre dois partidos, um dos quais leva ao outro a palma, graças ao concurso real do eleitorado. Por lá tudo é diverso do que vai entre nós — afirmou.

Na Primeira República, a apuração das eleições cabia ao Congresso Nacional. A Justiça Eleitoral só surgiria na década de 1930. As atas contendo a apuração dos votos de todas as seções eleitorais do Brasil eram enviadas ao Congresso, que analisava os livros, decidia sobre denúncias de irregularidades, contabilizava os votos e proclamava o resultado final. O Congresso jamais dava vitória a políticos que estivessem fora da Política dos Governadores, como Ruy Barbosa.

Inconformado, Ruy redigiu um calhamaço com 300 páginas em que, num raio X inédito das eleições brasileiras, apontou as incontáveis fraudes que chegaram ao conhecimento de sua Campanha Civilista, como urnas guardando mais votos do que votantes, capangas impedindo a votação de eleitores do candidato civil e atas trazendo todas as assinaturas com a mesma letra.

— A ilegalidade e a fraude são os criadores desta mentira colossal. Aqui, já no alistamento se fabrica o eleitorado. Depois ou lhe simulam a presença, ou lhe obstam na eleição. Quem

Pelos cálculos de Ruy, se todas as trapaceadas ocorridas pelo Brasil afora fossem desconsideradas, ele teria obtido 200 mil votos e Hermes, 126 mil.

— Da nulidade incontável dos votos atribuídos ao nosso competidor resulta a eleição do candidato civil, aliás, o verdadeiro eleito por grande maioria.



Charge de 1910 retrata derrota de Ruy Barbosa para Hermes da Fonseca

vota e elege são as atas.

A papelada foi lida pelo próprio candidato no Senado na tentativa de vencer os senadores e deputados a não dar vitória ao marechal.

Atas furtadas

Segundo Ruy, “a capital não votou”. Pelo que se vira na campanha, os cariocas prometiam votar em massa no senador, mas o governo, engajado na candidatura Hermes, agiu para que isso não ocorresse.

— Das 96 seções eleitorais em que esta capital se divide, só 25 funcionaram. Nas 71 restantes, não se reuniram as mesas, e os livros de atas foram subtraídos pelos agentes do Correio, sob os ditames do governo, cuja cumplicidade assegurou aos prevaricadores a mais tranquila impunidade. As atas das 71 seções que não se abriram apareceram no Senado, fabricadinhas com todas as circunstâncias do estilo. Roubaram milhares de sufrágios ao candidato civil para coroar o candidato militar.

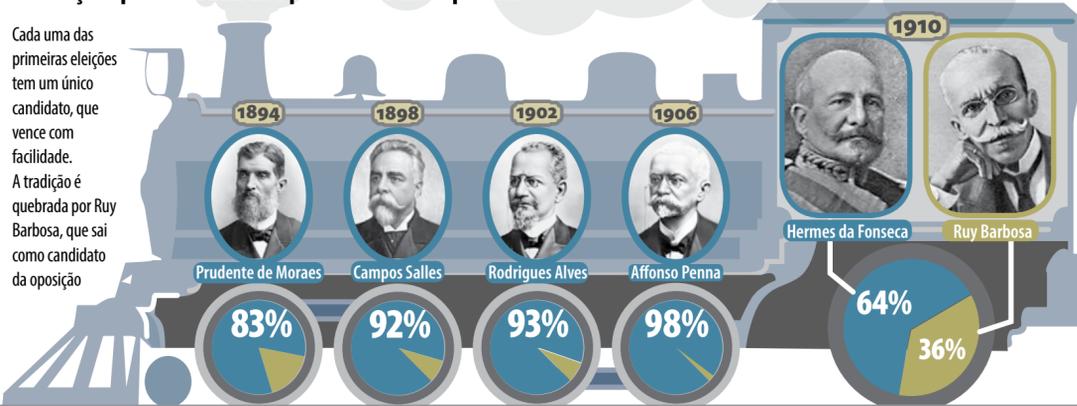
Segundo o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Walter Costa Porto, autor de *Dicionário do Voto*, também foi motivo para a derrota o fato de Ruy não ser maquiavélico: — Não era arguto nas negociações políticas, fugia dos conchavos. Só agia conforme suas convicções.

Passado o episódio Ruy Barbosa, as elites políticas de São Paulo e Minas Gerais se apressaram em buscar alguma medida que evitasse a repetição daquele susto. Em 1913, assinaram o Pacto de Ouro Fino, criando a célebre Política do Café com Leite, uma espécie de atualização da Política dos Governadores. A partir de então, os dois estados passariam a se revezar no Catete, evitando novos rachas nas sucessões presidenciais.

Segundo o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Walter Costa Porto, autor de *Dicionário do Voto*, também foi motivo para a derrota o fato de Ruy não ser maquiavélico: — Não era arguto nas negociações políticas, fugia dos conchavos. Só agia conforme suas convicções.

As eleições presidenciais nos primórdios da República

Cada uma das primeiras eleições tem um único candidato, que vence com facilidade. A tradição é quebrada por Ruy Barbosa, que sai como candidato da oposição



A primeira turnê eleitoral do Brasil
Candidato a presidente, Ruy Barbosa faz viagens em 1909 e 1910 a São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Até então, os presidentes nem saíam de casa



Fotos: Reprodução, Governo do Brasil e Arquivo do Museu Imperial

Video e entrevistas sobre a campanha de Ruy: <http://bit.ly/CampanhaCivilista>

CONCLUSÃO.

II- que seja reconhecido e proclamado o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no periodo de 15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914, por haver reunido a maioria de votos na eleição do dia 1 de março do corrente anno;

Sala das Comissões, 22 de julho de 1910.

Documento assinado pelo presidente do Senado, Quintino Bocayuva, reconhece vitória de Hermes da Fonseca

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês. Acesse <http://bit.ly/arquivoS>

Comissões têm desafios na pauta neste semestre

Hoje as comissões do Senado voltam a se reunir, depois do recesso parlamentar, para continuar a análise das propostas. Um dos desafios da pauta, por exemplo, é o projeto que descriminaliza o cultivo da maconha para uso medicinal. A proposta deve receber relatório em breve. Na área econômica, o Senado deve votar projeto que pode beneficiar os trabalhadores, já

que altera a correção monetária do FGTS. A relação entre consumidores e telefônicas é outro destaque nas comissões. Um dos textos impede as empresas de enviar mensagens para lembrar contas ainda não pagas. Mudanças na legislação eleitoral também estão sob análise. Entre as propostas, nova forma de escolher suplentes de senadores e redução no número de deputados e senadores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mais de 2 mil proposições aguardam análise na comissão mais demandada do Senado

Comissão mais demandada do Senado, por ser a que emite parecer sobre a constitucionalidade da maioria das propostas, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa 2.109 proposições. Dessas, 1.161 alteram ou criam leis sobre defesa do consumidor, legislação comercial, direito penal, estrangeiros, forças armadas, defesa nacional, segurança pública, trânsito e direito eleitoral.



CCJ pode analisar projetos sobre prisão de criminosos após condenação em segunda instância e direito de transexuais trocarem de nome no RG

Destaque para os PLSs 147/2018, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e 166/2018, de Lasier Martins (PSD-RS), que determinam a prisão de criminosos após a condenação em segunda instância. A tramitação do texto de Cássio está mais adiantada: o relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), pela aprovação com emendas, já foi lido e deve entrar na pauta logo. Ambas as propostas reafirmam a legalidade da execução da pena quando confirmada em segundo grau de jurisdição por um colegiado. Hoje as prisões após a condenação

nessa instância só ocorrem em obediência a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que pode mudar a qualquer tempo.

Eleições

Mudanças na legislação eleitoral também estão na fila da CCJ. A escolha dos suplentes de senadores por eleição em separado e voto direto foi sugerida por Ângela Portela (PDT-RR) e pelo ex-senador Antônio Aureliano em duas propostas de emenda

à Constituição: 48/2014 e 39/2014, respectivamente. A redução dos atuais dois suplentes para apenas um e a proibição de que seja cônjuge, companheiro ou parente do titular está prevista na PEC 20/2015, do senador licenciado Telmário Mota (PTB-RR). As três aguardam designação de relator.

Segurança

Entre as propostas sobre segurança pública em análise, destaca-se o PLS

300/2013, de Lindbergh Farias (PT-RJ), que proíbe o uso de armas equipadas com balas de borracha, festim ou afins, pelas forças policiais estaduais ou federais, ou pelas guardas municipais, em operações de policiamento de manifestações públicas. O texto aguarda relatório de Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Social

A segunda área que mais concentra propostas na

CCJ é a social. São 388 projetos sobre saúde, trabalho, previdência social, arte e cultura, direitos humanos e assistência social. Entre eles, a PEC 14/2017, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que torna crime imprescritível a submissão de pessoas a condições similares ao trabalho escravo. Relatada por Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Outro destaque é o PLS 658/2011, que reconhece

o direito de transexuais à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade. A proposta é de Marta Suplicy (MDB-SP), tem relatório favorável de Jader Barbalho (MDB-PA) e está pronta para ser votada.

Fundos

Na área econômica, são 189 propostas na CCJ. Uma delas é a PEC 70/2012, que estabelece compensações, pela União, da concessão de benefícios fiscais que incidam sobre a base de cálculo das receitas do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. O texto de Ana Amélia (PP-RS) aguarda nomeação de relator.

Congresso

Já na área administrativa, a comissão trata de 371 propostas. Entre elas, a PEC 106/2015, de Jorge Viana (PT-AC), que diminui em 25% os representantes na Câmara e em um terço os do Senado.

O texto ainda aguarda designação de relator.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Família e minorias são os principais temas em discussão

Projetos sobre família e garantia de direitos são predominantes na Comissão de Direitos Humanos (CDH). De 80 propostas, 28 garantem proteção a crianças, adolescentes e idosos. Outros 24 tratam dos direitos das minorias, especialmente das pessoas com deficiência.

Um dos textos trata do Estatuto das Famílias (PLS 470/2013). O projeto, de Lídice da Mata (PSB-BA), condensa todos os temas

relativos ao direito de família e contempla as famílias não tradicionais, como as formadas a partir de uniões homoafetivas. Na área de proteção ao adolescente, está pronto para entrar na pauta de votações o PLS 23/2012, do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O texto prevê a inclusão de atendimento psiquiátrico pelo SUS entre as medidas socioeducativas que podem ser impostas a adolescentes infratores.

Vinte projetos buscam atender pessoas com deficiência. Entre eles, está o PLS 465/2017, que torna obrigatória a presença de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em hospitais públicos.

A comissão analisa também o Estatuto do Cigano (PLS 248/2015). A proposta, de Paulo Paim (PT-RS), incentiva a educação básica dos ciganos e assegura o atendimento na rede pública de saúde.

duas estão prontas para votação dos senadores.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 26/2018 assegura a permanência de edificações na faixa de 15 metros ao lado de rodovias federais, ferrovias

e dutos. O relator, Lasier Martins (PSD-RS), argumenta que "a matéria é sensível e merece apurada atenção".

"Muitas edificações hoje existentes ao longo da faixa não edificável

das rodovias não colocam em risco a vida ou a segurança dos usuários da via, sendo que, em muitos casos, as construções são preexistentes ao contrato de concessão rodoviária", argumenta o senador.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Investigar planos de saúde será prioridade de colegiado

A decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de revogar a Resolução Normativa 433 foi considerada uma vitória social pela presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marta Suplicy (MDB-SP). A revogação ocorreu no dia 30 de julho.

A resolução permitiria aos planos de saúde cobrar até 40% de cada procedimento dos seus usuários e estabelecer tetos mensal e anual para os gastos dos consumidores.

No dia 11 de julho, a CAS promoveu audiência com representantes da ANS, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), em que foi debatido o aumento da participação dos usuários. No Facebook, Marta garantiu que a comissão vai aprofundar o debate sobre a atuação da ANS. "Vamos exigir respostas da agência, que tem obrigação, como órgão regulador, de atender o interesse dos usuários.

Vamos abrir a caixa-preta dos planos de saúde", disse.

A CAS tem em pauta 262 proposições, sendo 223 projetos do Senado e 34 da Câmara, 2 emendas e 3 substitutos da Câmara a projetos do Senado.

Uma das propostas mais polêmicas é a que descriminaliza o cultivo da maconha para uso medicinal (PLS 514/2017). Marta anunciou "para breve" seu relatório sobre o texto, que será pautado, segundo ela, logo que estiver pronto.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Propostas aprimoram tratamento de resíduos sólidos

Projetos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos se destacam entre as propostas em tramitação na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Um deles é o PLS 90/2018, de Rose de Freitas (Pode-ES), que estabelece a destinação de materiais recicláveis descartados às cooperativas de catadores ou associações similares, com o objetivo de garantir uma fonte de sustento para esses trabalhadores.

Também aguardam votação projetos como o PLC

169/2017, que explicita a proibição de lançamento de lixo em rodovias, ruas, praças e parques, e o PLS 75/2017, de José Medeiros (Pode-MT), que inclui os óleos e gorduras de uso culinário no sistema de logística reversa, evitando o lançamento no esgoto.

Outro texto em análise é o PLS 66/2014, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que altera a Lei do Parcelamento do Solo Urbano, ampliando de 15 para 30 metros as faixas não edificáveis ao longo de

mares, rios, riachos, lagos e açudes e as faixas de domínio público das rodovias e ferrovias. O projeto recebeu substitutivo de Valdir Rupp (MDB-RO).

A comissão tem 72 propostas em tramitação, sendo 63 originadas no Senado e 9 recebidas da Câmara dos Deputados. Do total, 47 projetos tratam propriamente de meio ambiente, seguidos de mineração e energia (6 projetos) e política urbana e recursos hídricos (5 projetos).

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Relação entre clientes e telefônicas será destaque

O segundo semestre da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) começa com a análise de 37 propostas. Um dos assuntos mais abordados é a relação entre consumidores e empresas de telecomunicações.

O PLS 662/2011, por exemplo, obriga empresas de telefonia, internet e televisão paga a apresentar as informações técnicas e de preços de maneira que facilite a compreensão pelo usuário. De Ângela

Portela (PDT-RR), o texto já pode ser votado.

Outro projeto proíbe as operadoras de telefonia, sob pena de multa, de enviar mais de uma mensagem de texto ou de voz por dia para lembrar o cliente que uma conta ainda não foi paga (PLC 108/2015). O texto aguarda relatório.

Presídios

Também poderá ser votado o PLS 285/2017, que direciona recursos para a instalação de blo-

queadores de celulares em presídios.

Outra proposta na pauta é o PLS 246/2018, que teve origem em sugestão de estudantes do Projeto Jovem Senador. O texto altera o Marco Civil da Internet para estabelecer que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação judicial questionando a divulgação de conteúdos falsos ou ofensivos em aplicações de internet. O projeto aguarda designação de relator na comissão.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Garantia de verba para ensino está na pauta de colegiado

O campo social domina a pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) neste semestre. Das 194 propostas em análise, 99 abordam temas como arte e cultura, assistência social, comunicação, esporte e lazer, direitos humanos e minorias, educação, meio ambiente, trabalho e emprego, saúde e proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

Entre os projetos, está o

PLS 173/2018, de Cristovam Buarque (PPS-DF), que veda o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Já o PLS 287/17, do senador licenciado Telmário Mota (PTB-RR), reajusta o piso salarial dos professores da educação básica pública.

Também em análise está o PLC 86/17, que altera a Lei Rouanet para reconhecer as artes e atividades

circenses como manifestação cultural.

A CE analisa ainda 13 proposições sobre administração pública, licitação e contratos. Uma delas é o PLC 71/2018, que proíbe dar nome de responsável por atentados aos direitos e às liberdades fundamentais durante a ditadura militar a bens públicos federais.

Outros 73 projetos tramitando na comissão versam sobre datas comemorativas e homenagens cívicas.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Projetos tratam de incentivos fiscais, habitação e água

Projetos das áreas social, econômica, jurídica e administrativa estão entre as 48 propostas em tramitação na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Estão prontos para votação textos sobre isenção do Imposto de Importação às indústrias da Zona Franca Verde (PLS 68/2016), de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e relatado por Davi Alcolumbre (DEM-AP); sobre reserva de 5% das unidades do Programa Minha Casa

Minha Vida a trabalhadores da construção civil (PLS 331/2015), de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), com relatório de Regina Sousa (PT-PI) e voto em separado pela rejeição de José Medeiros (Pode-MT); e sobre critérios para inclusão de municípios na região do semiárido (PLS 146/2014), de Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), relatado por José Pimentel (PT-CE).

Alguns ainda aguardam a designação de relator,

como o que obriga prédios públicos federais a adotar planos de economia de água (PLC 84/2014).

Já entre as propostas recém-apresentadas, está o PLS 334/2018, de Aécio Neves (PSDB-MG), que prevê incentivos fiscais para empreendimentos em municípios considerados prioritários para receber ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, mas localizados fora das áreas de atuação da Sudene e da Sudam.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Agronegócio, abastecimento e política fundiária em pauta

A economia domina a pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) neste semestre. Das 39 propostas em análise, 21 abordam temas como agricultura, pecuária e abastecimento, mineração, política fundiária, recursos hídricos e tributação.

Entre eles, está o PLS 117/2018, que suspende a incidência das contribuições para o PIS/Pasep e o Cofins sobre a venda de milho em grãos e derivados. O autor é o senador

licenciado Cidinho Santos (PR-MT). O relatório de Wellington Fagundes (PR-MT) é pela aprovação.

Também tramita na CRA o PLS 324/2018, de Ciro Nogueira (PP-PI), que inclui os produtores familiares de hortaliças que sofrerem perdas por estiagem ou excesso de chuvas no Garantia-Safra. Ana Amélia (PP-RS) é a relatora.

Outros 14 projetos tratam de combate à fome, meio ambiente, saúde e trabalho. Um deles é o

PLC 47/2017, que institui uma política de apoio às atividades das mulheres marisqueiras. Deve ser votado o substitutivo de Cidinho Santos (PR-MT).

A CRA analisa ainda proposições sobre direitos comerciais, econômico e penal. Uma delas é o PLS 624/2015, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), relatado por Regina Sousa (PT-PI), que permite ao produtor rural inadimplente se beneficiar da lei sobre recuperação judicial e extrajudicial.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Mineração nas áreas de fronteira é um dos assuntos

Quinze propostas aguardam votação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Entre elas, o PLS 398/2014, que facilita a mineração em áreas de fronteira. Relatado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o projeto estabelece que os processos de outorga para pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira sejam encaminhados ao Conselho de Defesa Nacional para avaliação e manifestação

de opinião quanto às questões relativas à segurança.

Outro destaque é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2007, que permite o porte de arma por diversos agentes públicos, já conta com um relatório e pode ser votado. Do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), o texto, flexibiliza o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003) para dar direito ao porte de arma de fogo a oficiais de Justiça, peritos médicos da Previdência,

defensores públicos, auditores tributários e avaliadores do Poder Judiciário dos estados. A proposta é relatada por Hélio José (Pros-DF).

Já o Projeto de Lei do Senado (PLS) 371/2017, de Jader Barbalho (PMDB-PA), que autoriza a maioria de deputados federais e senadores a solicitar cooperação à União nos casos de grave risco à ordem pública ou de ameaça ao patrimônio das pessoas, ainda aguarda relator.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Proteção ao consumidor ganha destaque em propostas

Vários projetos que buscam aprimorar as relações de consumo estão na pauta da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Um deles é o PLS 21/2017, que obriga a oferta de balanços de precisão no comércio, para possibilitar a conferência pelos consumidores. A proposta é de Rose de Freitas (Pode-ES).

Já o PLS 90/2012, de Eduardo Amorim (PSDB-SE),

estabelece que a contagem do prazo para o consumidor reclamar de vícios aparentes ou de fácil constatação tem início a partir do término da execução dos serviços ou da garantia contratual, se houver.

De Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o PLS 17/2016 define prazo de dois dias úteis para as empresas retirarem o nome de clientes dos cadastros de inadimplência após o pagamento do total devido.

Entre os textos que aguardam designação de relator, está o PLS 186/2018, de Reguffe (sem partido-DF), que proíbe cobrança por marcação de assento em voo. A comissão deve votar ainda o PLS 155/2018, que determina que União, estados, Distrito Federal e municípios avaliem anualmente as atividades das empresas públicas e sociedades de economia mista. A proposta é de Roberto Muniz (PP-BA).

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Nova correção para FGTS pode ser decidida no semestre

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) entra no segundo semestre com a missão de analisar 492 projetos de senadores e outros 50 com origem na Câmara. Entre os assuntos, propostas relacionadas a trabalho e emprego, a planejamento e gestão e a tributação são maioria.

Uma de interesse é o PLS 229/2018, de Lasier Martins (PSD-RS), que modifica a correção monetária dos depósitos do FGTS.

O texto será relatado por Ricardo Ferraço (PSDB). Na área de desenvolvimento regional, são 19 projetos aguardando deliberação. Um deles é o PLS 465/2015, de Rose de Freitas (Pode-ES), que cria o Fundo Nacional dos Pequenos Municípios (FNPM). A intenção é auxiliar municípios de pequeno porte — com menos de 50 mil habitantes — na elaboração e no financiamento de projetos

de interesse econômico ou social. O texto espera o relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Já o PLS 276/2018 diz respeito ao setor de indústria e comércio. De Ciro Nogueira (PP-PI), o texto permite a venda de etanol hidratado diretamente aos postos revendedores. Hoje só é permitida a venda interna para fornecedores ou distribuidores cadastrados na ANP. O projeto aguarda relator.

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

Projetos sobre iluminação pública e faixas edificáveis perto de rodovias estão entre os 70 itens passíveis de análise

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) inicia o semestre com 70 projetos na pauta. Das 44 iniciativas sobre economia, 9 estão prontas para votação.

Um dos destaques é o

Projeto de Lei do Senado (PLS) 795/2015, de autoria da senadora Marta Suplicy (MDB-SP). O texto determina o compartilhamento com os municípios de postes elétricos mantidos pelas prestadoras de ser-

viço e institui diretrizes para a iluminação pública.

No campo jurídico, há seis propostas na pauta do colegiado. Duas já têm relator designado, duas aguardam a realização de audiências públicas e

Sugestão sobre aborto mobiliza internautas

A descriminalização da interrupção da gravidez foi debatida sexta no Supremo, e deve ser tema de mais uma audiência no Senado antes da análise de proposta sobre o tema

UM DOS TEMAS mais polêmicos em debate no Senado foi discutido na sexta-feira pelo Supremo Tribunal Federal (STF): a interrupção voluntária da gravidez. No Senado, a consulta pública sobre a sugestão legislativa que legaliza o aborto voluntário dentro das 12 primeiras semanas de gestação e prevê a realização do procedimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) virou motivo de uma disputa acirrada pela internet entre quase 682 mil cidadãos, com campanhas estruturadas nas redes sociais para conseguir votos diariamente e evitar que um lado ganhe mais apoio do que o outro. Até o dia 23 de julho, o resultado apontava uma ligeira vantagem para as opiniões contrárias à proposta (SUG 15/2014), com pouco mais de 342 mil votos, e perto de 340 mil votos a favor.

Na sugestão também está prevista a formação de uma equipe de saúde interdisciplinar para informar a mulher sobre riscos e alternativas ao aborto, como programas de apoio financeiro e oferecimento da criança para adoção. A proposta ainda concede à gestante período de cinco dias para reflexão, após o qual, se ainda desejado, o procedimento será feito imediatamente.

O autor da sugestão é André de Oliveira Kiepper, de 37 anos, morador do Rio de Janeiro e mestre em saúde pública. Como justificativa, Kiepper apontou “a atual legislação que vitimiza a mulher, tornando-a refém de clínicas de aborto clandestinas”. Ele citou dados do Ministério da Saúde que revelam a realização de 1,25 milhão de abortos ilegais por ano no Brasil.

No STF, o debate foi o primeiro de uma série sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), para pedir que a Corte declare inconstitucionais os artigos 124 e 126 do Código Penal, que criminalizam o aborto provocado pela gestante ou realizado com sua autorização. O partido alega que os dispositivos violam os princípios e direitos fundamentais garantidos na Constituição.

O Psol pede a concessão de liminar para suspender prisões em flagrante, inquéritos policiais e andamento de processos ou decisões judiciais baseados na aplicação desses artigos a casos de interrupção da gestação induzida e voluntária realizada nas primeiras 12 semanas de gravidez.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participa-

tiva (CDH) do Senado também deve discutir a arguição do Psol, em audiência sugerida por Magno Malta (PR-ES).

Debate

A CDH já promoveu cinco audiências entre 2015 e 2016 para reunir opiniões de especialistas sobre a sugestão legislativa que legaliza o aborto. Entre eles, professores, médicos e representantes de grupos e instituições contra e pró-aborto. Foram discutidos temas como a existência ou não de dor e de vida humana até a 12ª semana de gestação, o direito de vida do embrião versus a autonomia da mulher, as estatísticas, as consequências do aborto para a mulher e para a sociedade e o aborto como problema de saúde pública.

Em fevereiro, Malta apresentou relatório na CDH pelo arquivamento da sugestão. “O Estado não pode interferir no livre desenvolvimento de um ser humano no ventre de sua mãe”, afirma. Segundo ele, existe vida desde a concepção, e a autonomia da mulher não precederia o direito à vida do embrião.

O senador citou os riscos físicos e psicológicos para a mulher que faz aborto e enumerou impactos sociais e econômicos de uma política pública para a questão. Ele apontou, por exemplo, que o custo seria de 2% o Fundo Nacional de Saúde (FNS), o que corresponde a um gasto cerca de 30 vezes superior ao do Programa Rede Cegonha, de atenção à mulher grávida.

A votação do relatório para decidir se a sugestão se tornará projeto de lei só deve ocorrer depois da realização, na CDH, do debate interativo sobre a ação do Psol. A audiência será em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Malta solicitou ainda o apoio de quatro comissões da Câmara dos Deputados (de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos e Minorias, e de Seguridade Social e Família).

Sugestão legislativa

Entre os convidados estão a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e o presidente da Comissão Vida e Família da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom João Bosco. A audiência, com transmissão ao vivo, permitirá participação popular pela internet e a presença de representantes de mulheres no Plenário.

Na consulta sobre a sugestão de Kiepper, a maioria dos votantes é do estado de São



Audiência pública debateu proposta legislativa sobre o aborto nas 12 primeiras semanas de gestação, pelo SUS

Paulo, onde a sugestão alcança mais apoio: 110 mil votos. Do outro lado, o número também é expressivo: 74,5 mil paulistas não querem a descriminalização do aborto.

A tendência se repete no Rio de Janeiro, segundo estado com maior participação na pesquisa do Portal e-Cidadania do Senado, com 44 mil votos pelo “sim” e 38 mil votos contra na contagem mais recente. Em seguida vem Minas Gerais, com um total de 66,5 mil votos, onde o “não” ao aborto legalizado vence por cerca de três mil votos. Já no Rio Grande do Sul, que aparece em quarto lugar, com a participação de 45,5 mil pessoas, a diferença é bem maior: são 13 mil votos a mais a favor da proposta.

Sugestões de lei ou ideias legislativas são recebidas no portal e-Cidadania do Senado. São iniciativas da sociedade e precisam ter apoio de, no mínimo, 20 mil assinaturas para ser encaminhadas à CDH, onde a sugestão é votada e pode virar projeto de lei se aprovada.

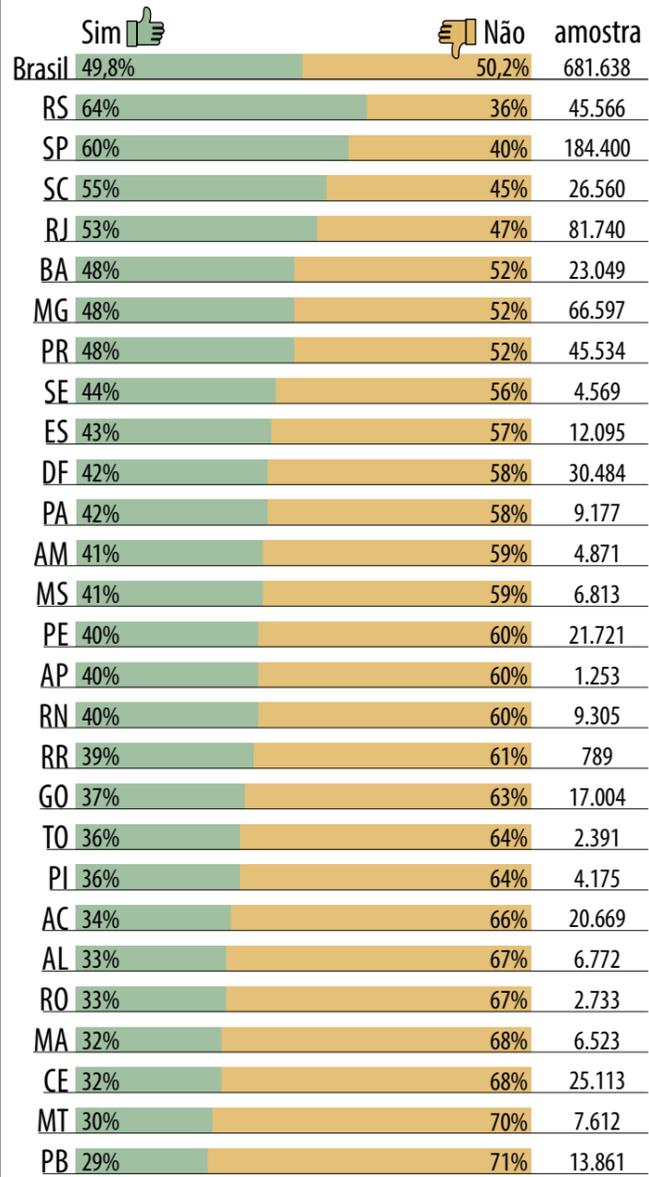
Apoio

De maio de 2012 até março de 2018, quase 42 mil ideias legislativas haviam sido cadastradas no site. Entre as que conseguiram o apoio, 47 ideias estão em avaliação na CDH, 17 não foram acatadas e 11 foram convertidas em projeto de lei do Senado (PLS) ou proposta de emenda à Constituição (PEC).

Nasceram de sugestões populares a PEC 41/2017, que estabelece o fim do auxílio-moradia para juizes, deputados e senadores, e a PEC 51/2017, para acabar com os impostos sobre consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil. Ambas aguardam o fim da intervenção no Rio de Janeiro para ser analisadas, pois nesse período não pode haver mudanças na Constituição.

Aborto: a favor ou contra

Manifestações a favor e contra a Sugestão Legislativa 15/2014, que propõe a legalização do aborto voluntário, dentro das 12 primeiras semanas de gestação



Fonte: Programa E-Cidadania. Dados de 23/07/2018

Algumas das ideias legislativas que viraram projetos são: a que proíbe expressamente o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de banda larga fixa (PLS 100/2017), a que cria Centros de Atendimento Integral para Autistas pelo SUS (PLS 169/2018) e a que propõe a descriminalização do cultivo da cannabis para uso próprio (PLS 514/2017).

Mais de 15 sugestões enviadas por cidadãos não foram acatadas na CDH. Entre elas,

a classificação do funk como crime de saúde pública contra crianças, adolescentes e a família (SUG 17/2017), o fim do Estatuto do Desarmamento (SUG 4/2017) e a redução da maioria penal para 15 anos em crimes de estupro e assassinato (SUG 12/2017).

Após a votação na CDH, uma ideia transformada em proposição legislativa (projeto de lei) pode seguir para exame de outras comissões e para o Plenário, ser enviada à Câmara dos Deputados e, se for o caso, ir à sanção.